



Comunidade de Prática

Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina

Sistematização

Segundo Encontro de Plenária - 06/12/2021

Das 10h às 13h (horário de Brasília) via plataforma ZOOM.

“Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”



SUMÁRIO

Introdução	2
Abertura	3
Conferências:	
“Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”	
Apresentação Joaquim Belo	3
Apresentação Óscar Sánchez	4
Apresentação José Vargas	6
Debate	7
Salas de debate:	8
1- Quais são as expectativas da CdP sobre o tema:	
“Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”?	8
2 - Como a CdP pretende realizar as ações mencionadas na pergunta 1?	8
Recomendações e próximos passos	8
Anexos	9
<i>Padlet</i> - Comunidade de Prática	



Introdução

Os parceiros da Porticus no Brasil, Peru e Colômbia têm desenvolvido iniciativas para promoção do Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina que precisam ser fortalecidas a partir da troca de experiências dos projetos em cada um dos países. A criação de uma Comunidade de Prática latino-americana permitirá articular os projetos em andamento e conhecer outras experiências inovadoras em Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural, fomentando o processo de co-construção de conhecimentos e aprendizados significativos.

No dia 06 de dezembro foi realizado virtualmente o 2º Encontro da Comunidade de Prática - Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina com o objetivo de organizar as atividades e os debates que serão desenvolvidos neste primeiro ano da Comunidade de Prática (CdP) sob a responsabilidade da FLACSO Brasil. Há um consenso entre os participantes de que a CdP será um espaço colaborativo de construção e troca de experiências para valorizar os processos próprios de ensino e aprendizado nos âmbitos locais/regionais e contribuir com a melhoria da educação intercultural na América Latina.

Além disso, o contexto da pandemia de Covid-19 provocou maiores impactos sobre os grupos étnicos, povos e comunidades tradicionais que, historicamente são populações vulneráveis e excluídas, de modo que se faz urgente à construção de propostas pertinentes e eficazes considerando os desafios e as especificidades em seus territórios.

Por fim, participar de uma Comunidade de Prática implica em um processo permanente de comprometimento e construção tanto individual como coletiva, que pode incluir encontros e reuniões virtuais e presenciais, síncronos e assíncronos ou a combinação deles e pesquisas de campo. Buscamos fomentar o intercâmbio de experiências entre os participantes da CdP para a criação de novas alternativas para solução de problemas comuns em nossos países e na região e com isso, esperamos contribuir na incidência das políticas públicas locais e nacionais.

Boa Leitura!



Abertura

O Segundo Encontro da Comunidade de Prática - Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina” teve início com a boas vindas aos participantes. Considerando que um dos objetivos da Comunidade de Prática é construir um diálogo entre diversos atores de organizações da sociedade civil, pesquisadores e professores no Brasil, Colômbia e Peru para troca de experiências e co-construção de aprendizagens significativas sobre o Desenvolvimento Integral e a Educação Intercultural na América Latina.

A equipe da Flacso Brasil - Renata Montechiare, Stella Cáceres e Amanda Marqui - será responsável pela organização e mediação da Comunidade de Prática neste primeiro ano de atividades. A comunicação será realizada pelo e-mail praticaseducativas@gmail.com

A agenda deste primeiro encontro é composta por duas partes: palestras de abertura sobre o tema “Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”. Vale lembrar que este foi o tema escolhido para o Subgrupo 2 da CdP e, portanto, será discutido ao longo de todo o ano. Na segunda parte os participantes foram separados em salas para debate sobre as expectativas e contribuições para a elaboração do Plano de Ações no primeiro ano da CdP relacionados ao tema do encontro.

I. Conferências: “Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”

As conferências tiveram como intuito apresentar um breve panorama do tema “Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais” no Brasil, Colômbia e Peru a partir das experiências de atuação de três especialistas. Segue abaixo o mini currículo e a apresentação dos palestrantes

Brasil: Joaquim Belo

Coordenador da Escola Família Agroextrativista do Carvão, no Estado do Amapá.

Projeto Assentamento Extrativista- PAE. Foz de Mazagão – AP.



Joaquim Belo apresentou sua visão de educação do ponto de vista da defesa do uso coletivo da terra na Amazônia e o que chamou de desafio de preservar o legado do líder do movimento da borracha, Chico Mendes. Em um contexto social em que o nacional continua dando as costas ao campesinato e às populações agroextrativistas.

É preciso destacar conquistas como a criação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e os passos dados na trajetória de um desenvolvimento sustentável que concilie atividades tradicionais, a preservação da biodiversidade em circunstâncias desfavoráveis, como as políticas públicas que garantem o acesso à infraestrutura de serviços básicos e viabilidade econômica dos projetos. Diante desse cenário, entende-se por que os jovens não querem permanecer nos contextos rurais, se migrar para inchar as periferias urbanas é visto pelos jovens como única opção, é preciso construir uma escola com determinada vocação e pensar na formação de lideranças de forma humanística.

Mostrar aos jovens alternativas melhores do que migrar para as periferias urbanas requer um currículo escolar que engloba o empreendedorismo, a inclusão e a produção. É preciso ter informações sobre as cadeias de valor e consumo, planejamento, demanda do consumidor, negócios e economia. Em outras palavras, relacionar teoria e prática nos processos de ensino e aprendizagem escolares e comunitários.

A proposta é construir com a comunidade e levar em conta um certo dinamismo para enfrentar as mudanças do mundo, que é global e local ao mesmo tempo; tendo em mente que os governos são sempre transitórios.

Colômbia: Óscar Sánchez

Coordenador Nacional do Programa Educapaz

Há um mês, o Ministério da Educação Nacional emitiu o Plano Especial de Educação Rural¹, mandato do Acordo de Paz entre o governo colombiano e os guerrilheiros das FARC. Desde 2016, estava sendo discutido pelo governo e organizações da sociedade civil, entre

¹ Disponível em: <https://educacionrindocumentos.mineducacion.gov.co/pilar1-educacion-de-calidad/peer/>

outras coisas, uma reforma abrangente no mundo rural, que é onde o conflito armado teve maior impacto. Cinco anos depois e muito lentamente, vemos um primeiro e precário resultado com sucessos e também inconsistências substantivas nas políticas de governo .

A educação é um desses grandes temas. Entre 2016 e 2018 ocorreram várias rodadas de diálogo e pactuação entre governo e organizações da sociedade civil. Sabemos que existem respostas locais que definem o tom, mas as estruturas nacionais são necessárias.

Este Plano é válido por 10 anos. Um dos grandes equívocos é que não contemplou os impactos da pandemia, nem o papel da educação à distância. Todas as informações contidas são anteriores à pandemia. Por outro lado, devido à própria pandemia, não houve consulta prévia, direito que a legislação colombiana garante às comunidades negras e indígenas. Este é um plano dirigido ao campesinato. O que é interessante é que no contexto atual estamos testemunhando uma “indigenização” do campesinato que é cada vez mais reconhecido como indígena e não como camponês. Portanto, o plano atual deixa de fora uma porcentagem considerável da população. Existem também algumas comunidades suburbanas, aquelas que migram e se misturam, aquelas também foram deixadas de fora do plano.

Há uma diferença de enfoque em relação às mesas de 2018, cujo enfoque era territorial e comunitário. O plano do governo Duque mostra seu total desrespeito aos Acordos de Paz, que nunca foram levados a sério. Não há expectativa de entrada em operação do restante do governo. Por enquanto, depende da vontade de paz do próximo governo. Por outro lado, os conflitos interinstitucionais deram o tom.

O plano atual mostra preocupação com o acesso a vias educacionais completas, transporte e infraestrutura e formação de professores, embora não haja clareza de como procederá com a formação de professores. Alguns sucessos são a atenção integral à primeira infância, uma perspectiva de gênero e uma proposta mais intersetorial que incorpora instituições como o Ministério da Cultura e o SENA (Serviço Nacional de Aprendizagem).

Outro ponto que ficou sem definição adicional foi a questão do orçamento, o custo do mundo rural *versus* a cobertura urbana. Itens como transporte, internet, acesso da família



às decisões escolares. Sabe-se que são necessários cerca de um bilhão de dólares ao ano, mas as fontes de financiamento não são especificadas, mas a ruralidade continua um tema vago, amplo e sem definição, em contextos de ruralidade dispersa e com um conflito armado longe de ser totalmente apaziguado. O mundo amazônico está de olho nele e essa é uma oportunidade global de ampliar a voz da população local com ferramentas que os protegem da manipulação.

Peru: José Luis Vargas

Consultor em educação e integrante da Comissão que formulou a política de educação nos âmbitos rurais.

As políticas anteriores, que geraram marcos anteriores, sempre caracterizaram o espaço rural como algo muito distante, distante e isolado e representaram o desafio, por um lado, de compreender a complexidade do mundo rural e, por outro, a prestação de serviços básicos. Como já foi apontado, a pandemia mostra que esses desafios estão longe de serem superados. A pandemia também revelou a importância da participação da comunidade.

Elaborar políticas públicas implica não esquecer os sujeitos a que servimos, visto que a noção de sujeito da política muitas vezes se perde, é um ingrediente essencial para avançar. Em termos de caracterização, a população foi definida por idades 0-5, 6-11, 11-17 anos, jovens e adultos.

As políticas que compõem o cenário rural devem prever resultados finais e intermediários. É necessário definir o que entregar e que tipo de gestão pode garantir mudanças por meio de um regulamento estratégico, um sistema de planejamento e um posterior tratamento do novo regulamento.

A comissão pedagógica era composta por uma equipe técnica que trabalhava em parceria com o UNICEF e o Conselho Nacional de Educação. Infelizmente, o problema declina em 2018-2019 no processo de implementação, calendários alternados, período chuvoso, diminui na própria região, embora os planos pilotos em geral ocorressem, não

eram prioridade na agenda nacional, permanecem sem força ou maior apoio institucional para sua implementação. Um elemento importante no desenvolvimento da política é o estabelecimento de redes educacionais rurais, que, como sabemos, requerem uma gestão diferente da que se faz nas áreas urbanas.

Existem 4 eixos:

1. Proposta pedagógica poderosa
2. Professores
3. Infraestrutura e rede de bem-estar
4. Gestão

Entendemos que o sujeito não pode funcionar sem um contexto de saúde adequado, que engloba dimensões emocionais e nutricionais, o que gera tensões como outros setores que podem se sentir invadidos, como o Ministério da Saúde, para dar um exemplo que nos fala da necessidade de visão transversal e abrangente da trajetória educacional. É necessário criar sinergias para abordar as questões de equidade de gênero, vulnerabilidade, inclusão, violência escolar e desenvolvimento ambiental.

Debate

O debate foi norteado por questões interessadas em temas centrais que merecem maior aprofundamento, como:

- Gênero - quais são as práticas e políticas da educação rural adequadas às jovens mulheres e homens?
- Financiamento- quais são as formas adotadas em cada país para o financiamento da educação rural;
- Interculturalidade - quais são os conceitos e as diferenças em cada país?
- Participação social das comunidades no acompanhamento das avaliações educacionais;
- Mudanças e transformações sociais do ponto de vista das comunidades rurais, indígenas, quilombolas e negras.
- Perspectivas etnico-raciais nos três países: diferenças e semelhanças,
- Educação bilíngue: valorização das línguas maternas e processos de ensino e aprendizagem.

II. Salas de debate: “Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”

Neste momento do Encontro os participantes foram separados de forma aleatória em quatro grupos com a moderação da equipe da FLACSO Brasil para debate do tema “Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”, que será abordado ao longo do primeiro ano da Comunidade de Prática. Para fomentar a discussão foram elaboradas duas questões norteadoras e utilizado o *Padlet* para o registro das contribuições dos participantes².

- Pergunta 1: Quais as expectativas da CdP sobre o tema “Construção de política educacionais adequadas aos contextos rurais”?**
- Pergunta 2: Como a CdP pretende realizar as ações mencionadas na pergunta 1?**

Resumo analítico

Em síntese, a discussão nas salas durante deste encontro destacou a garantia do direito à educação dos povos do campo e os desafios nas políticas públicas do Brasil, Colômbia e Peru na gestão, financiamento e práticas pedagógicas que considerem as diferentes realidades das populações rurais, indígenas, negras, extrativistas, entre outras. Neste sentido, os parceiros pretendem construir no âmbito do subgrupo 2 o diálogo e articulação supranacional a partir das políticas públicas de educação do campo considerando as suas especificidades, iniciativas e desafios. A educação do campo deve estar contextualizada com as realidades rurais das populações indígenas, negras, agricultores, extrativistas, ribeirinhos e é de suma relevância fomentar pedagogias de forma inclusiva e intercultural.

Algumas questões pertinentes apresentadas foram

- Quais são as formas adotadas em cada país para o financiamento da educação rural?
- Quais são diferenças conceituais da educação intercultural tendo em vista os grupos étnicos nos três países
- Quais são as estratégias de monitoramento e acompanhamento das políticas que já

² O registro completo está nos anexos deste documento.

existem?

- Matriz curricular fortalecida e monitorada para não perder a perspectiva do que se quer como proposta da comunidade. Construir um sentimento em torno de uma proposta para que ela ganhe uma dimensão rural /amazônica para que se ganhe espaço na economia "invisível" / amazônica / Brasileira.
- Construção de alternativas econômicas viáveis para o mundo rural, recuperando a sua auto-estima destruída (no Brasil)
- Articular territorialidade, juventude e interculturalidade. Sem direito à terra os direitos da criança e jovens são vulnerabilizados.

A partir do debate realizado consideramos que o Plano de Ação do Subgrupo 2 tem como um de seus eixos a formação dos parceiros para alinhamento sobre as políticas de educação do campo/rural no Brasil, Colômbia e Peru. Esperamos que o trabalho em conjunto entre parceiros subsidie a pesquisa e a incidência política por meio da elaboração documentos de *advocacy* visando à articulação de organizações da sociedade civil nos territórios e regiões visando às políticas públicas de qualidade para a educação do campo.

III. Recomendações e próximos passos

Nossa próxima reunião será no dia **13 de dezembro** das **11:00 às 12:30hs** (horário de Brasília) por meio da plataforma ZOOM no link:

<https://us06web.zoom.us/j/81196407545?pwd=Ym0zb053N2tGdzdhczdDbiYrdkpNOT09>

O objetivo será apresentar o Plano de Ações referente ao tema **“Construção de política educacionais adequadas aos contextos rurais”** a partir das reflexões das discussões em grupo e planejar o trabalho da equipe.

IV. Anexos

Padlet - Comunidade de Prática (06/12/2021)
Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural na América Latina

“Subgrupo 2 - Construção de políticas educacionais adequadas aos contextos rurais”

- **Pergunta 1:** Quais são as expectativas da CdP sobre o tema "Construção de políticas educativas adequadas para contextos rurais"?

- **Pergunta 2:** Como pensa que a CdP pode levar a cabo as ações mencionadas na pergunta 1?

GRUPO AMARELO

- mobilização social para que o conselho efetivamente seja influenciador da formulação de políticas.
- Escolher um tema (indicadores, monitoramento ou participação) e ter um pequeno formulário comum que cada instituição da CdP pudesse coletar informações sobre práticas.
- Experiência de Ji Paraná de pedagogia da alternância implementadas pelo município.
- Governança regional em geral é complexa: como fazer isso no contexto da CdP? Como produzir experiências supranacionais que avancem apesar dos obstáculos nacionais?
- Fundeb: tema de compartilhamento do Brasil para Colômbia e Peru? (Campanha) fronteiras entre rural e indígena são marcadas por violência na região amazônica. Trabalhos com educação escolar bilíngue e territórios de fronteira. Pensar estratégias de trabalho junto a esses segmentos.
- questões de saúde: precisam chegar à escola. Políticas integrais, intersetoriais. Neste caso, tem a ver com precariedade de infraestrutura (questão de acesso à energia elétrica - placa solar na região amazônica).
- formação de lideranças para ocupar funções como gestores e dirigentes. Essas pessoas por direito e por pressão social têm assumido postos secundários ou com protagonismo, mas necessitam apoio técnico.
- Apoiar o protagonismo dos PCTs junto às políticas públicas, mas também junto à construção dos PPPs das escolas. Mas como fazer? Aproximar da CdP e usar o nosso espaço do subgrupo 2? Sugestão: trabalhar a articulação dentro da CdP para realizar um encontro presencial no futuro entre comunidades? Para conhecer as demandas e estratégias comuns ou que possam ser articuladas.
- garantia do direito à educação, não importa onde estão as pessoas. Levar em conta os processos migratórios no âmbito rural.
- Conexão entre grupos que já realizam trabalhos interessantes em termos de políticas educacionais na amazônia e podem inspirar políticas públicas. Seria um trabalho de advocacy? Ou garantir visibilidade às ações?
- Pensar em estratégias de acompanhamento e monitoramento de implementação das políticas públicas (observatório)
- Estratégias de monitoramento e acompanhamento das políticas que já existem. Sugestão: observatório (aos moldes do GEA-ES).

- 3 eixos
 1. Implementação de políticas de baixo para cima (a partir das práticas escolares)
 2. Recursos financeiros
 3. Olhar para as estratégias específicas para regiões amazônicas.Apoio a formar uma agenda para as políticas amazônicas. Sugestão de pensá-la num contexto regional amazônico e não nacional, aproveitando que temos 3 países que compartilham o território.
- Metodologias sobre aportes de recurso e cálculos dos custos das políticas
- Conhecer como as iniciativas podem influenciar as políticas públicas de baixo pra cima.

GRUPO AZUL

- IILPE: deve tener análises dos sistemas dos países. buscar informação e compartilhar no grupo
- Conhecer e avaliar os modos de funcionamento dos 3 sistemas de educação Brasil Peru e Colômbia
- Brasil: Produção do currículo nacional não alterou as práticas dos pequenos municípios
- Rural e educação: vários níveis de rural. A questão religiosa está muito tensionada nas áreas rurais. Diversidades no interior da diversidade: quilombola, indígenas, ribeirinhas são diversas entre si
- Sistematizar práticas para fomentar intervenções junto às comunidades. Como fazer para que elas conheçam essas políticas e que possam se organizar para defender essas políticas
- As iniquidades entre urbano e rural crescem, cf ERCE 2019.
- políticas de conectividade para a região amazônica; políticas específicas para a singularidade amazônica, como a questão do transporte; política docente: levar e formar talentos para atuar na área amazônica, embora haja bônus, todos os docentes, mesmo rurais, desejam sair para as cidades.
- A ruralidade implica em temas mais amplos que a educação: acercamos experiências de outros países ao tomadores de decisão, para que conheçam novas experiências; incidência com autoridades nacionais e locais. Se houver uma plataforma, além das existentes, mas articulando instituições como UNESCO e outras que convergem para princípios.
- Política + financiamento, e não o que usamos agora, mas o que for necessário para garantir direitos
- Importante que a comunidade tenha participação ativa na definição das políticas.
- desafio de financiamento, de pertinência, e aceitação da comunidade. O enfoque econômico do desenvolvimento articulado com a política local.

- Colômbia: política nacional, mas desafio com o nexo com as políticas locais. Conjugação local, regional e nacional
- Cenário amazônico não se assemelha a outros cenários rurais. Há ruralidades distintas na própria ruralidade amazônica. Levantar experiências da Amazônia, nos Andes e na costa da Colômbia
- Tema rural está conectado com a questão da paz
- Como lograr que os funcionários públicos possam ver os casos do Peru e do Brasil para sensibilizá-los com a agenda. Diálogos com técnicos e também com experiências práticas

GRUPO VERDE

- Trabalhar de uma maneira que se pense as possibilidades da educação no campo envolvendo os insumos/recursos
- Transporte, alimentação escolar... aspectos que precisam estar relacionados.
- Pensar na sazonalidade, junto com as famílias.
- Atualização dos dados da educação no campo
- Campanha: infâncias invisibilizadas, 2 cadernos sobre educação no campo estão com dados desatualizados. Aspecto muito necessário para a construção de políticas para educação no campo.
- Que a educação - pós conflito Colômbia - inclua processos de memória da educação rural
- Incluir toda a comunidade em justiça reparativa, pactos para não violência, construção de uma cidadania de paz. Compreender o êxito no rural, com as comunidades rurais. O que passa pela educação sócio-emocional para construir paz.
- Proposta curricular forte para garantir as especificidades rurais
- Matriz curricular fortalecida e monitorada para não perder a perspectiva do que se quer como proposta da comunidade. Construir um sentimento em torno de uma proposta para que ela ganhe uma dimensão rural /amazônica para que se ganhe espaço na economia "invisível" / amazônica / Brasileira.
- Criar iniciativas fortes junto com a comunidade que possam ser apoiadas pelo governo (ex. Fundeb) e diversos parceiros para avançar na rede comunitária.
- Brasil: importância de criar alternativas pedagógicas coerentes ao mundo rural frente às responsabilidades do Estado (governos transitórios) que estão mais focadas para o urbano.
- Construção de alternativas para o mundo rural, recuperando a sua auto-estima destruída (no Brasil)
- Políticas públicas precisam ser delineadas também a partir do rural (e não só do urbano, como costuma acontecer).
- Debate e troca de temas sobre as relações de construção entre a comunidade e escola

GRUPO ROJO

- Incidencia política: redactar producto conjunto entre organizaciones para hacer advocacy a respecto de temas comunes.
- Articular territorialidade, juventude e interculturalidade. Sem direito à terra os direitos da criança são vulnerabilizados.
- Ressignificar a escola como lugar político, de fortalecimento da comunidade. Formação além da acadêmica.
- Reconhecimento das especificidades do trabalho docente no contexto indígena. Além de consolidação de legislação existente, incidir no governo para implementação da legislação e suprir lacunas existentes.
- Expectativa de que questões territoriais sejam debatidas no grupo. Também a temática da juventude.
- Povos tradicionais ameaçados na Amazônia.
- Importante ter políticas públicas que reflitam modelos específicos de governança, com participação das comunidades para que elas dêem rumo/direcionamento às políticas. Também processos de gestão escolar articulados com juventude.
- Cómo dar voz a las comunidades rurales, docentes, lideranzas, para que sus requerimientos lleguen a los tomadores de decisión. Ej: Política etnoeducativa de Chocó, que se está desarrollando.
- Diseño de concursos docentes --> requiere conocer la realidad local para garantizar conexión con el territorio.
- La estrategia de la CoP sería invitar a los miembros de las comunidades para escucharles. Así nosotros podremos ser puente entre esas voces, y hacer incidencia.
- Hacer conexión con CRIC y ANUC
- Conceptualización común a respecto de lo que se refiere a educación rural.
- La invisibilización de la ruralidad dispersa es un reto en Colombia, por ejemplo. El concepto de desarrollo también merece una definición más adecuada a la ruralidad.
- Cómo priorizar para definir por dónde empezar para generar políticas habilitadoras.
- El componente docente es central. Necesario repensar su rol en las políticas de educación rural. Pensar en formaciones para los docentes como intermediarios de la implementación de las políticas de educación rural.
- Ej: Cuna Más en Perú, que tiene las monitoras como agente clave.
- Intercambio de experiencias entre las organizaciones participantes de la CdP.
- Compartir los criterios para el desarrollo de las políticas de educación rural. Hay elementos importantes de enfoque, en contextos distintos de los países.
- Profundizar en aspectos de políticas que tienen que ver con especificidades territoriales, para el desarrollo del territorio.



Faculdade
Latino-Americana de
Ciências Sociais
Sede Brasil

- Profundizar y compartir entre los 3 países. Estudiar los marcos locales, los informes
- La pandemia ha mostrado que los problemas se han agudizado. Demanda por un componente de innovación en las políticas públicas. Es complejo hacer cambios en los contextos actuales de políticas nacionales. CoP puede innovar en las políticas.
- Hacer cartografía de nuevos modelos de servicio (ej: tecnología, acceso); Cooperar para innovar.